

Demonstrações Contábeis

**Empresa de Transmissão de Várzea
Grande S.A. - ETVG**

31 de dezembro de 2012
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações contábeis

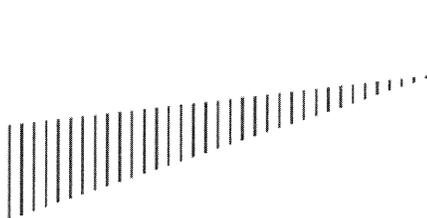
31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A - ETVG
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. – ETVG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. – ETVG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3 - S - MT

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
CIRCULANTE			
		4.404	2.132
Caixa e equivalentes de caixa	5	738	1.876
Investimento de curto prazo	5	-	203
Concessionárias e permissionárias		50	-
Impostos a recuperar		34	44
Ativo financeiro da concessão	6	3.581	-
Outros ativos		1	9
NÃO CIRCULANTE			
		23.760	7.088
Ativo financeiro da concessão	6	23.680	7.088
Imobilizado		80	-
ATIVO TOTAL		28.164	9.220
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		1.459	1.037
Empréstimos e financiamentos	9	116	2
Fornecedores		1.152	801
Tributos e contribuições sociais a recolher	7	177	232
Outras obrigações		14	2
NÃO CIRCULANTE			
		15.672	1.780
Empréstimos e financiamentos	9	15.551	1.777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	41	3
Provisões para litígios	10	80	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.033	6.403
Capital social	11	9.197	6.301
Reservas de lucros	11	1.836	102
PASSIVO TOTAL		28.164	9.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	<u>20.212</u>	<u>7.088</u>
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura	15	(17.597)	(6.983)
LUCRO BRUTO		<u>2.615</u>	<u>105</u>
Despesas financeiras	16	(841)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>1.774</u>	<u>105</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(38)	(3)
		<u>(40)</u>	<u>(3)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>1.734</u>	<u>102</u>
Lucro líquido por ação			
Básico e diluído - R\$	13	<u>0,21669</u>	<u>0,01619</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	11	<u>9.197</u>	<u>6.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.734	102
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.734	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros e prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2010		501	-	-	-	501	
Lucro líquido do exercício		-	-	102	-	102	
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	5	-	(5)	-	
Reservas de lucros	12	-	-	97	(97)	-	
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 30/11/2011	11	5.800	-	-	-	5.800	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		6.301	5	97	-	6.403	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.734	1.734	
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	87	-	(87)	-	
Reservas de lucros	12	-	-	1.647	(1.647)	-	
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 01/01/2012	11	1.000	-	-	-	1.000	
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 02/03/2012	11	433	-	-	-	433	
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 20/08/2012	11	734	-	-	-	734	
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 03/12/2012	11	729	-	-	-	729	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		9.197	92	1.744	-	11.033	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.774	105
Itens que não afetam as disponibilidades		
Variações monetárias e cambiais líquidas	841	2
Receita de aplicações financeiras	(1)	-
	2.614	107
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber concessionárias e permissionárias	(50)	-
Contas a receber ativo financeiro	(20.173)	(7.088)
Impostos a recuperar	10	(44)
Outros ativos	8	(6)
	(20.205)	(7.138)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	351	801
Provisões para litígios	80	-
Contribuições e impostos a recolher	(57)	232
Outros passivos	12	2
	386	1.035
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(17.205)	(5.996)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	204	454
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	-	(203)
Aplicações no imobilizado	(80)	6
	124	257
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	124	257
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	2.896	5.800
Empréstimos tomados	13.759	1.777
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(712)	-
	15.943	7.577
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	15.943	7.577
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.138)	1.838
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo no início do período	1.876	38
Saldo no final do período	738	1.876
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	(1.138)	1.838

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS		
Receita de transmissão de energia	50	-
Receita de infraestrutura	17.597	6.983
Remuneração do ativo financeiro da concessão	2.576	105
	<u>20.223</u>	<u>7.088</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo de infraestrutura	(17.597)	(6.983)
	<u>(17.597)</u>	<u>(6.983)</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>2.626</u>	<u>105</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	51	3
Encargos do consumidor	9	-
Imposto de renda e contribuição social	2	-
PIS e COFINS	2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38	3
	<u>51</u>	<u>3</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	841	-
	<u>841</u>	<u>-</u>
Remuneração de capitais próprios		
Reservas de lucros	1.734	102
	<u>1.734</u>	<u>102</u>
	<u>2.626</u>	<u>105</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (“Companhia” ou “ETVG”), com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8695, 3º andar, salas 30B2 e 30B3, Duque de Caxias, na Capital do Mato Grosso - MT, CEP: 78040-365, foi constituída em 20 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 018/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru – Coxipó e a Subestação Várzea Grande 230/138kV, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 230/138 kV – 750 MVA; entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da transmissora:

I – Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, em um circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru – Coxipó e a Subestação Várzea Grande 230/138 kV, aquisição dos equipamentos necessários às modificações e substituições e adequações nas entradas de Linhas das subestações Jauru e Coxipó. Os equipamentos e instalações aqui descritos serão transferidos, sem ônus, para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessionária das subestações, bem como, das citadas linhas que serão seccionadas, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

II – Transferência do reator de linha e equipamentos associados da SE Coxipó para a SE 230/138 kV Várzea Grande na EL para Jauru, bem como a implementação de infraestrutura necessária à instalação do reator de linha e equipamentos associados, a qual será transferida, sem ônus, para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessionária da linha de transmissão, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Em 23 de dezembro de 2012, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 é de R\$ 3.398 para o ciclo de 2012/2013.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 22 de fevereiro de 2013.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como seguros e meio ambiente não foram cobertas no escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificado dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários, estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

Estão representados por investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo.

3.1.3. Concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4. Contratos de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

3.1.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.7. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia é que a linha de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.4 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía instrumentos de derivativos.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Empréstimos e financiamentos:** são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
- **Fornecedores:** inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

3.4.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita de transmissão

As receitas de transmissão de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão de energia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSSL). A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

3.6.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.8 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Na data das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.11.1 Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

3.11.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3.13 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Os principais julgamentos e as premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos nos próximos exercícios financeiros, são apresentadas a seguir.

3.14.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.14.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.14.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.14.4 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.14.5 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.14.6 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.14.7 Determinação das receitas de infraestrutura

A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01, registra a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 e CPC 30. De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.14.8 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.16 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2013, com efeitos comparativos. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a sua aplicação não apresentará impactos relevantes.
- IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

Os demais pronunciamentos do IFRS (IAS 19/CPC 33 (R1), IFRS 10/CPC 36, IAS 28/CPC 18 (R2) e IFRS 12/ CPC 45) que têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2013 não trarão impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, por não serem aplicáveis.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

A Companhia, seguindo política do grupo de investimentos financeiros, tem concentrado seus investimentos em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	738	1.782
Certificados de depósitos bancários	-	94
	<u>738</u>	<u>1.876</u>
	31/12/2012	31/12/2011
<u>Investimento de curto prazo</u>		
Certificados de depósitos bancários	-	203
	<u>-</u>	<u>203</u>

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda, e em 31 de dezembro de 2011 estavam sendo remuneradas em média à 100% do CDI.

6. Ativo financeiro da concessão

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	3.581	-
	<u>3.581</u>	<u>-</u>
<u>Não circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	23.680	7.088
	<u>23.680</u>	<u>7.088</u>
Total do ativo financeiro da concessão	<u>27.261</u>	<u>7.088</u>

As taxas efetivas de juros aplicadas no ativo financeiro Companhia foi de 17,9% e 14,05% em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

A movimentação do ativo financeiro de concessão é como segue:

Movimentação do ativo financeiro da concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-
Remuneração do ativo financeiro da concessão (Nota 14)	105
Receita de infraestrutura (Nota 14)	6.983
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.088
Receita de transmissão de energia (nota 14)	50
Remuneração do ativo financeiro da concessão (Nota 14)	2.576
Receita de infraestrutura (Nota 14)	17.597
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.261

Em 31 de dezembro de 2012, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro de concessão.

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo contrato de Concessão de Serviços Público de Energia Elétrica celebrado com a União – Poder Concedente. Este contrato de concessão estabelece os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Este contrato estabelece também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Critério de reajuste das tarifas de transmissão

O contrato de concessão estabelece o valor de receita que a Companhia receberá ao longo do período de concessão, sendo tal valor estável e previsível. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo o contrato de transmissão da Companhia, a RAP é ajustada anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IPCA.

7. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	26	10
Imposto sobre Serviços - ISS	118	89
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	27	133
Outros	6	-
	<u>177</u>	<u>232</u>

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	21	2
Contribuição social diferido	20	1
	<u>41</u>	<u>3</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

IR e CS Diferidos	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	26.112	26.112	9.115	9.115
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(28.164)	(28.164)	(9.220)	(9.220)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	<u>(2.052)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(105)</u>	<u>(105)</u>
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(164)	(246)	(8)	(13)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Outros	4	2	(1)	-
IR e CS diferidos (Passivo)	<u>(21)</u>	<u>(20)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
IR e CS diferidos (Resultado)		<u>(38)</u>		<u>(3)</u>

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas

- a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Encargos de dívidas - circulante</u>		
Moeda nacional	122	2
	<u>122</u>	<u>2</u>
<u>Principal - circulante</u>		
Custo de transação a amortizar	(6)	-
	<u>(6)</u>	<u>-</u>
Total - circulante	<u>116</u>	<u>2</u>
<u>Principal - não circulante</u>		
Moeda nacional	15.615	1.777
Custo de transação a amortizar	(64)	-
Total - não circulante	<u>15.551</u>	<u>1.777</u>
Total geral	<u>15.667</u>	<u>1.779</u>

Moeda nacional	31/12/2012								
	Instituições financeiras / credores	Vencimento	Periodicidade da amortização do principal	Periodicidade da amortização dos juros	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos		Custo de transação a amortizar	
Circulante						Não circulante	Circulante	Não circulante	
Empréstimos e financiamentos:									
Banco do Brasil - FCO	01/12/26	Mensal	Trimestral	Juros de 10,00%	122	15.615	(6)	(64)	
					<u>122</u>	<u>15.615</u>	<u>(6)</u>	<u>(64)</u>	

Moeda nacional	31/12/2011								
	Instituições financeiras / credores	Vencimento	Periodicidade da amortização do principal	Periodicidade da amortização dos juros	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos		Principal	
Circulante						Não circulante	Circulante	Não circulante	
Empréstimos e financiamentos:									
Banco do Brasil - FCO	01/12/26	Mensal	Trimestral	Juros de 10,00%		2		1.777	
						<u>2</u>		<u>1.777</u>	

Empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A. - FCO, firmado em 23 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 17.835. O pagamento deste empréstimo será feito em 150 prestações mensais e sucessivas, acrescido de encargos, vencendo a primeira em 01 de julho de 2014 e a última em 01 de dezembro de 2026. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

O contrato com o Banco do Brasil - FCO não exige manter índices financeiros.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

- b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2011	dívidas	encargos	encargos	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil - FCO	1.779	13.838	832	(712)	15.737
Custo de transação a amortizar	-	(79)	9	-	(70)
	<u>1.779</u>	<u>13.759</u>	<u>841</u>	<u>(712)</u>	<u>15.667</u>

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2010	dívidas	encargos	encargos	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil - FCO	-	1.777	2	-	1.779
	<u>-</u>	<u>1.777</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1.779</u>

- c) Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
	Banco do Brasil - FCO	Custo de transação a amortizar	Total
2014	625	(6)	619
2015	1.249	(6)	1.243
2016	1.249	(6)	1.243
2017	1.249	(6)	1.243
2018	1.249	(6)	1.243
Após 2018	9.994	(34)	9.960
	<u>15.615</u>	<u>(64)</u>	<u>15.551</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2012 os empréstimos e financiamentos da Companhia não tiveram a obrigação de constituir garantias depositadas, por estar no início das operações comerciais.

10. Provisão para litígios

	31/12/2012	31/12/2011
Processos judiciais		
Trabalhista	80	-
	<u>80</u>	<u>-</u>

O saldo é relacionado a estimativa de perda provável em reclamatória trabalhista em que há pleito vínculo empregatício, horas extras, seguro desemprego, verbas rescisórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

Conforme instruções do pronunciamento técnico do CPC 25, a Companhia deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e a possibilidade de qualquer reembolso. Na data base de 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui contingências possíveis.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social:

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 1 de janeiro de 2012, 2 de março de 2012, 20 de agosto de 2012 e 3 de dezembro de 2012 foram aprovados o aumento do capital social da Companhia, por meio da emissão de 2.896 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal que perfizeram o montante total de R\$ 2.896. Desse modo, em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia no valor total de R\$ 9.197, está representado por 9.197.292 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

11.2 Composição acionária:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A.	9.197.291	100,00	6.300.000	100,00
Outros	1	-	1	-
Total das ações	9.197.292	100,00	6.300.001	100,00

11.3 Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Destinação do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	1.734	102
Reserva legal (5% do lucro líquido)	87	5

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

12. Destinação do resultado

A proposta de distribuição do lucro líquido apurado no exercício de 2012, conforme apresentado a seguir, considera disposições legais previstas no artigo 202 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e está sob expectativa de aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Destinação do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	1.734	102
Constituição de reserva legal	(87)	(5)
Subtotal	1.647	97
Reserva de lucros	(1.647)	(97)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de findo em 31 de dezembro de 2012, é proveniente da adoção das práticas contábeis do IFRS. Como consequência da adoção, não houve a realização financeira deste lucro.

A Lei 6.404 permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

13. Resultado por ação

O calculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Exercício findo em	
	31/12/2012	31/12/2011
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	1.734	102
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	8.002	994
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,21669	0,01619

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta		
Receita de transmissão de energia	50	-
Remuneração do ativo financeiro da concessão	2.576	105
Receita de infraestrutura	17.597	6.983
Total - Receita operacional bruta	20.223	7.088
Tributos sobre a receita operacional bruta		
PIS	(1)	-
COFINS	(1)	-
	(2)	-
Encargos regulamentares da concessão		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1)	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3)	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(3)	-
Ministério de minas e energia - MME	(2)	-
	(9)	-
Receita Operacional líquida	20.212	7.088

15. Custo de infraestrutura

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	(35)	(23)
Material	(6.551)	(3.814)
Serviços de terceiros	(1.069)	(468)
Gerenciamento de obras	(5.699)	(1.017)
Tributos e taxas	(250)	(41)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.944)	(1.244)
Outros	(49)	(376)
Total	(17.597)	(6.983)

16. Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(841)	-
Total	(841)	-

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(1)	(1)	-	-
Diferidos	(23)	(18)	(2)	(1)
Total	(24)	(19)	(2)	(1)
b) Tributos correntes:				
Receita de transmissão de energia - Regulatório	50	50	-	-
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	4	6	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Total dos tributos correntes	(1)	(1)	-	-
c) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 8)	(19)	(19)	(2)	(1)

O cálculo da taxa efetiva não está sendo demonstrado, em função da Companhia ser tributada pelo regime do lucro presumido.

18. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Nos casos contratos celebrados, ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Não há saldo em aberto com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Garantias

A transação de garantia entre as empresas do grupo está relacionada abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2012
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039/7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	15.737

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da diretoria da Companhia.

Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da diretoria da Companhia.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo (a) (*)	(27)	(3)
Outros benefícios de longo prazo (b) (*)	(1)	(1)
Total	(28)	(4)

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- (b) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e

A política de remuneração da Companhia aplicável aos membros da diretoria é dividida em uma remuneração fixa e outra variável baseada no desempenho e atingimento de metas

(*) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as despesas com remuneração da alta administração foram integralmente capitalizadas.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

19.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2012		31/12/2011		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	738	738	1.876	1.876	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	-	-	203	203	Valor justo	Disponíveis para venda
Concessionárias e permissionárias	50	50	-	-	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	27.261	27.261	7.088	7.088	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
	<u>28.049</u>	<u>28.049</u>	<u>9.167</u>	<u>9.167</u>		
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.152	1.152	801	801	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15.667	15.667	1.779	1.779	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
	<u>16.819</u>	<u>16.819</u>	<u>2.580</u>	<u>2.580</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

19.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

31/12/2012	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	Nível III
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	738	738	-
Ativo financeiro de concessão	27.261	-	27.261
	<u>27.999</u>	<u>738</u>	<u>27.261</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15.667	-	15.667
Total passivos financeiros	<u>15.667</u>	<u>-</u>	<u>15.667</u>

31/12/2011	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	Nível III
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.876	1.876	-
Investimentos de curto prazo	203	203	-
Ativo financeiro de concessão	7.088	-	7.088
	<u>9.167</u>	<u>2.079</u>	<u>7.088</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.779	-	1.779
Total passivos financeiros	<u>1.779</u>	<u>-</u>	<u>1.779</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

19.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

19.5 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

19.5.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades destas empresas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

19.5.2 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	(116)	(2)
Não circulante	(15.551)	(1.777)
Dívida total	<u>(15.667)</u>	<u>(1.779)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	738	1.876
Investimentos de curto prazo	-	203
Dívida líquida	<u>(14.929)</u>	<u>300</u>
Patrimônio líquido	11.033	6.403
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	<u>135,3%</u>	<u>-4,7%</u>

20. Informações por segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

21. Medida Provisória 579/2012

Em 11 de setembro de 2012 foi emitida a MP 579/2012, entre outras medidas estabelece regras para renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia. A Administração avaliou o teor da referida MP e entende que tais medidas não causarão impactos diretos nas controladas, pois os contratos de concessões possuem vencimentos posteriores aos estabelecidos na Medida Provisória.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A – ETVG

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

22. Evento subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, a Companhia realizou em 23 de dezembro de 2011 a contratação de um empréstimo junto ao Banco no Brasil no montante total de R\$ 17.835, sendo que até 31 de dezembro de 2012, o valor liberado era de R\$ 15.614. Em fevereiro de 2013, houve a disponibilização no valor de R\$ 658 por parte da instituição financeira, perfazendo o montante total liberado de R\$ 16.272.